

O jornalismo nos dois momentos da Esfera Pública: discutindo a “refeudalização” e a “colonização” no conceito de Habermas

Luan José Vaz Chagas*

Resumo

O artigo discute a presença dos meios de comunicação, em especial o jornalismo nos dois momentos do conceito de Esfera Pública em Habermas (2003b e 2003a). Em um primeiro momento são organizadas as ideias em torno da “refeudalização” da Esfera Pública com a ascendência dos conglomerados de mídia no Século XVIII e a decadência das discussões públicas com a inserção de interesses privados na formação da opinião pública. Já com bases no segundo momento, o autor reorganiza o conceito com a inserção de concepções em torno do mundo da vida versus mundo sistêmico e a presença da sociedade civil organizada. O objetivo é promover uma reflexão sobre um dos principais termos utilizados para relacionar o jornalismo como instituição e suas implicações na formação da opinião pública.

Palavras-chave: Jornalismo; Esfera pública; Pluralidade; Sociedade civil

Abstract

The article discusses the presence of the media, especially journalism in two moments of the concept of public sphere in Habermas (2003b and 2003a). At first they are organized ideas around the “refeudalization” Public Sphere with the ascendancy of the media conglomerates in the eighteenth century and the decline of public discussions with the inclusion of private interests in shaping public opinion. Already with bases in the second time, the author reorganizes the concept with the inclusion of concepts around the world of life versus systemic world and the presence of organized civil society. The goal is to promote a reflection on one of the main terms used to relate journalism as an institution and its implications in shaping public opinion.

Keywords: Journalism; Public sphere; Plurality; Civil society

* Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

A comunicação, em especial os produtos jornalísticos, foram focos de discussões acaloradas e históricas sobre sua presença na Esfera Pública. A ótica habermasiana permanece atual e em crescente discussão sobre novas formas de entendimento com a proliferação de novos atores midiáticos no cenário convergente (FUCHS, 2015; LOPEZ e QUADROS, 2015; BENKLER, 2006). Posições centradas, outras exageradas, críticas e abordagens das mais variadas cercam as concepções sobre a formação da opinião, o espaço público, a “refeudalização” e mais recentemente a colonização do mundo da vida.

Diante da complexidade dos conceitos e termos, o presente texto tem o objetivo de definir os conceitos e relacioná-los às reflexões sobre o jornalismo na atualidade. Como ressalta Franciscato(2005), o jornalismo enquanto instituição com perfis profissionais são oriundos do Século XIX, a partir da articulação de uma série de fatores econômicos, sociais, culturais e políticos em meio a explosão de novas tecnologias que proporcionaram, no século XX o surgimento do Rádio e a TV. Essa posição é marcada pela independência, por parte do campo do jornalismo, em relação a outras instituições com características específicas adotadas pelo modelo dos jornais da época.

Esses posicionamentos nos levam a buscar uma reflexão clara sobre momentos distintos do pensamento habermasiano e contribuir para estruturas que fujam da simplicidade de relações entre diferentes momentos e relações de pensamento. O objetivo é destacar o conceito abordado em “Mudança Estrutural da Esfera Pública” e as novas abordagens situadas na Teoria da Ação Comunicativa. Por fim, nos dois casos, o artigo propõe a necessidade de olhar para diferentes processos e a contextualização dos objetos e o reconhecimento da

visão ampla sobre a necessidade de pensar nos processos midiáticos em diferentes vias.

Esfera Pública e o jornalismo

O conceito de Esfera Pública pode ser entendido como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 2003a, p. 92). A institucionalização da opinião pública na sociedade como um todo é o princípio da reflexão do conceito em dois momentos, segundo Martins (2004).

O primeiro momento de Habermas (2003b) nas abordagens sobre o conceito da Esfera Pública ainda é restrito ao pensamento em torno de uma esfera pública ativa no ambiente da sociedade civil burguesa (MARTINS, 2004). Essa situação leva Habermas (2003b) a colocar em questão que uma esfera essencialmente ativa era circunscrita às atividades privadas junto ao público e que a atuação ou função política surge a partir de instituições como os salões, bares, cafés, teatros, concertos e museus. Sua decadência estaria no argumento de que a legitimação do Estado e das corporações privadas perante o público levou a prática de manipulação como algo recorrente na sociedade, fugindo aos princípios de uma esfera essencialmente pública.

“Traços de uma esfera pública refeudalizada” (HABERMAS, 2003b) que se constitui no domínio de instituições corporativas privadas e não pelo conjunto social de lutas existentes no seio popular. Os interesses que são levados e defendidos por esses grupos sociais no sentido da formação da opinião pública passam por uma crise de legitimação. “A legitimidade, então, mantém-se pelo conteúdo de

verdade e, por isso, o agir e as decisões legítimas mantêm-se pelas pretensões de validade” (MARTINS, 2004, p. 231).

De acordo com Habermas (2003b), as pretensões de validade só podem ocorrer através de discursos e com isso levar a manipulação do público para garantir ações dentro da esfera estatal ou de seu planejamento administrativo. Os déficits de legitimação levam então a vivência da sociedade e o cotidiano em que é impactado pelas ações do aparelho do Estado. Para isso, há a necessidade de “juridificação” do processo de legitimidade para a manutenção do reconhecimento do outro e a igualdade a partir de direitos, como o voto e a liberdade para associar-se.

O processo de construção destes conceitos se dá em um segundo momento da reflexão sobre a Esfera Pública, considerado no início deste tópico. A “rede adequada” de relações que envolve a sociedade civil organizada e suas mais diferentes concepções está envolvida pela Teoria da Ação Comunicativa em Habermas (2003b). Para Martins (2004), esfera pública neste momento terá o papel de defender o mundo da vida.

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 2003a, p. 92)

As características relacionadas ao Mundo da Vida rompem com as complexidades sistêmicas do campo da política ou da buro-

cracia. Segundo Habermas (2003a), insere-se nos aspectos organizacionais dos indivíduos. O jornalismo e a comunicação em um conjunto são atravessados por situações como essa, somente pelo fato de envolver a cultura, a linguagem de buscar determinados consensos ou servir a interesses de todas as partes. Ela está no conjunto das situações do dia a dia e no paradigma otimista em relação à modernidade, formulada pelo autor. A esfera pública então se torna ampla e com a comunicação não vista somente pela decadência dos debates mercadológicos, mas com diversas condições para fazer valer os aspectos discursivos. É nesta perspectiva que se enquadra a necessidade de termos as mais diversas vozes compondo os debates para a formação da opinião essencialmente pública.

Com isso, chega-se a nosso foco principal: o exercício do jornalismo diante de uma esfera pública compreendida como espaço de comunicação de conteúdos, de formação de relações, de tomadas de posição que, por sua vez, condensam-se em opiniões de temas específicos ligados publicamente (MARTINS, 2004; HABERMAS, 2003a). Para isso é preciso considerar que os conflitos sociais podem ser passíveis de acordo e os sujeitos que participam das ações são sujeitos cognitivos capazes de reconhecer os argumentos contrários. O jornalismo, em suas diferentes manifestações, é parte deste espaço social formado por amplas correntes, defesas, argumentos e permeado pelas ações que envolvem a vivência dos grupos sociais.

No sentido de enriquecer o debate em torno formação da opinião no seio da esfera pública de um Estado democrático de direito, Habermas (2003a) enxerga oportunidades de ampliação das vozes no ambiente democrático com uma comunicação que enquadre aspectos relacionados ao cotidiano das pessoas. Com isso, uma sociedade civil organizada pode pautar e, através das tomadas de

posição, os fluxos comunicacionais abordarem essas possibilidades de levar ao debate as diversas opiniões do público. Porém, é preciso reconhecer que as situações de fala para os grupos são diferentes, sendo necessária regular a possibilidade de inserção comunicativa a partir dos diversos papéis sociais em que se enquadram os políticos, os administradores dos meios de comunicação, os profissionais da área e a própria sociedade civil.

O autor destaca, assim, o interesse pelos grandes grupos políticos ou econômicos em produzir influências sobre a opinião pública. A interferência dos meios de comunicação de massa em dizer o que deve ser debatido na ordem do dia ou na tematização, que cita Alsina (2009), é um dos principais pontos de reflexão. O jornalismo tem um impacto efetivo nas decisões dos grupos sociais, passa das redações e suas escolhas a partir de uma linguagem específica que possui para as ações do mundo da vida, como ato privado de votar.

“Refeudalização” da Esfera Pública e a ação comunicativa

Ao longo dos anos, a reestruturação da Esfera Pública tem fomentado debates quando consideradas as proporcionalidades oferecidas pelas mudanças que o desenvolvimento tecnológico impactou nos meios de comunicação. Este tópico nos permitirá pensar como o desenvolvimento do meio está atrelado ao que Habermas (2003b) considera como “refeudalização” da Esfera Pública com a inserção privada os oligopólios midiáticos na sociedade.

O desenvolvimento de novas plataformas, segundo Habermas (2003b), atrai ainda mais público para os meios de comunicação de massa, modificando as formas em que a sociedade se comunica, o

acesso aos conteúdos e ao ato de encontrar informações relativas ao seu cotidiano que o próprio comportamento é suscetível ao mundo criado pela experiência comunicativa. Os debates da esfera pública são permeados pelos temas levados à mídia em uma ordem do dia do que deve ou não ser abordado pelos meios de comunicação.

A opinião pública, que segundo Habermas (2003a) carrega o *spirit publicus*, ou então os pensamentos que uma sociedade define sobre certos aspectos a partir de imagens proporcionadas pelos meios de comunicação e outras instâncias sociais é, em muitos casos, formada por estereótipos, pensamentos privados contextualizados dentro da mídia que chegam à massa, em muitos casos, sem o real tratamento de interesse público. Um exemplo disso está nos elementos definidos por Wolf (1987), em que a utilização das fontes é o reflexo dos critérios adotados pelas emissoras na produção noticiosa. Segundo ele, a importância dos acontecimentos decorrem disso e influenciam na modificação de roteiros e na forma de cobertura desse momento. É possível então tentar perceber se o jornalismo contribui para a tematização de assuntos de interesse público para a esfera pública. É nesta relação que entra os interesses de um aspecto atravessado por algo privado.

Habermas (2003b) também debate a forma dessa instrumentalização ao definir como “refeudalização” da esfera pública o fato dos interesses privados se sobressaírem aos públicos. Com a analogia ao período feudal, o autor relembra que poucos tinham a posse de um bem público que é a terra. Agora, esses poucos grupos possuem o poder sobre outro bem que deveria ser público: a opinião. Essa esfera pública, como espaço de disputas discursivas e argumentativas, passa das discussões literárias e políticas de ambientes como os salões e cafés, para uma regulamentação e reestrut-

turação das diferenças entre o que é essencialmente público e o que é privado por meio da imprensa.

Na ótica habermasiana, essa privatização do debate atravessado de interesses da classe burguesa se intensifica quando se desenvolvem os meios de comunicação de massa. Para Habermas (2003b), a decadência da esfera pública se dá justamente por um processo que cresce a partir da organização de conglomerados de mídia que difundem os interesses próprios, moldando uma cultura baseada no consumo e na manipulação ideológica. Isso se daria pela posse daquilo que em sua essência é público, que é a opinião.

Para as afirmações acima, o autor discute essa refeudalização da Esfera Pública em um contexto histórico que envolve três fases do jornalismo. A primeira passa pelo início de uma imprensa manufatureira com interesse no desenvolvimento comercial em que está inserido, com o lucro como principal objetivo no pós-feudalismo, recém-libertada de um momento fechado e da privação das liberdades individuais. A maximização dos ganhos é parte da circulação de notícias deste momento. Na segunda fase, o debate se volta para a libertação do sistema ainda atravessado pelas decisões absolutistas. Com isso, uma imprensa opinativa evolui com o objetivo de imprimir socialmente, por meio de um jornalismo que o autor define literário ou panfletário, as vozes da burguesia que queria a ampliação de seus direitos. Sem o interesse puro pelo lucro, esse foi o ápice do surgimento dos panfletos, hebdomadários e jornais que defendiam interesses de classe. Porém, com a organização interna e a criação de redações cada vez mais profissionalizadas, o lucro e a busca pela rentabilidade romperam com essa fase, entrando em um terceiro momento a partir da colocação de anúncios. Aqui, um novo caráter econômico é inserido no pensamento do jornal, desta vez como uma

empresa moderna de capital e interesse privado, que passa pela inserção das propagandas comerciais.

A crítica ao sistema como um todo formulada por Habermas (2003b) se intensifica quando o imperativo ético fundante do jornalismo – levar a realidade dos fatos e atingir a credibilidade social (GUERRA, 2008) – é abalado por uma postura ética ainda mais questionável: os investimentos publicitários do Estado para a conquista de espaços nas emissoras por meio do jornalismo. O imperativo ético fundante do jornalismo, seus critérios de noticiabilidade e os formatos que são instituídos pelos radiojornais levam a compreensão do público sobre determinadas temáticas. A situação envolve um processo de interação entre diversos agentes, como aqueles indicados ou formados pelos grupos políticos dominantes que possuem condições de fala diferenciadas para a formação de um consenso midiático e publicitário.

Habermas (2003b) reconhece a importância dos meios de comunicação na formação de um processo comunicativo essencialmente público. Caminhando para a ampliação do conceito de esfera pública e sua formação no contexto da Teoria da Ação Comunicativa, o autor destaca a necessidade de ocorrer no poder político um “filtro dos procedimentos institucionalizados da formação democrática do pensamento e da vontade pública” (MARTINS, 2004, p. 240). A situação se desenvolve ao considerar que os meios assumem normativas que podem, ou não, refletir interesses organizados de diferentes grupos sociais. Sendo assim, em muitos casos, a presença da pluralidade social e da sociedade civil organizada pode conceber uma comunicação como instrumento de cidadania.

Apresenta-se então por Habermas (2003a) o modelo viável de interpretação do mundo, a partir das diferentes lutas discursivas, si-

tuações de fala por meio do consenso. O conceito de esfera pública se desenvolve de maneira abrangente ao considerar a importância das esferas informais, do mundo periférico e privado da família ou então das associações e organizações sociais. Ao considerar a presença do jornalismo na esfera pública política e sua rede de relações, a reflexão proporciona um aprofundamento sobre a importância dos meios em considerar os interesses plurais, valores e concepções morais, coletivos da sociedade atual (MARTINS, 2004).

A abordagem a assuntos de maneira aprofundada, com o necessário interesse público em suas referências a partir da linguagem radiofônica é um ponto fundamental para a garantia do debate social em uma democracia deliberativa. O processo de aperfeiçoamento é condicionado a estabelecer padrões desta natureza, que reconheçam a posição estratégica dos meios, ao lado da importância da sociedade civil e da regulação do Estado para a garantia de amplas vozes a todos os grupos sociais. O jornalismo possui as suas maneiras internas de filtro (critérios de noticiabilidade, como um exemplo) e sintetização, porém a solução comunicativa passa pela institucionalização de formas democráticas de fazer valer a vontade pública (HABERMAS, 2003a).

O debate que relaciona a política e a comunicação, e por sua vez o jornalismo, é inserido em um novo contexto a partir do desenvolvimento da Teoria da Ação Comunicativa em Habermas (2003a). Reconhecer o papel da sociedade civil organizada frente às instituições já postadas como a própria política e a imprensa é um passo importante para analisar como o mundo na atualidade nos impõe determinadas opiniões. Um exemplo são as novas formas do exercício do jornalismo, a partir do tratamento da informação pela ótica das políticas públicas e com um enquadramento que traga temas re-

levantantes para a opinião pública. Há, então, um processo de mudança de postura racional e ética: do paradigma da consciência para o paradigma da comunicação, em que o sujeito é capaz de falar e agir. É nesse aspecto que Habermas (2003a) identifica dois momentos da razão, uma centrada no sujeito e suas relações com os objetos no mundo, e outra centrada na comunicação a partir dos procedimentos argumentativos.

O Mundo Sistêmico, além de coordenado pela racionalidade instrumental e pelas organizações burocráticas estruturadas na sociedade capitalista, inclui as pessoas enquanto sujeitos inseridos no mercado, na produtividade e no Estado. Aqui está objetivada a comunicação voltada a interesses, que, a partir de uma linguagem específica, determina o sucesso e a formação da imagem de determinados personagens, grupos ou instituições.

De outro modo, para Habermas (2003a), o Mundo da Vida (*Die Lebenswelt*) é constituído de estratégias que o ser humano encontra dentro da sociedade para quebrar hegemonias, para fazer valer a sua voz, ganhar a validade de seus discursos e chegar ao consenso, aos acordos. Nesse agir comunicativo em que a pluralidade de vozes precisa ser encarada no dia a dia, estão as novas tecnologias e formas com que as minorias, formadas pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais, estão estruturadas com o objetivo de ganhar a pauta dos meios de comunicação, ou então, levar suas demandas para a esfera pública. Estratégias estas que buscam romper com o poder político e econômico que exercem os dominantes na sociedade e, é claro, na comunicação como um todo.

A perspectiva filosófica pelo agir comunicativo volta-se à comunicação e ao jornalismo dentro do debate que envolve a formação da opinião pública. A esfera pública é ambiente propício aos debates,

sobretudo das questões relevantes para a sociedade. O jornalismo pode levar a esta [sociedade] temas de interesse público a partir dos diversos pontos de vista que estão sendo defendidos socialmente.

Sociedade Civil Organizada e formação da opinião

A sociedade, organizada em entidades, sindicatos, ONGs e movimentos sociais, é parte da construção da democracia. Para Habermas (2003a), a sociedade civil foi redescoberta nas últimas décadas, sendo ampliada sua importância para a manutenção de uma democracia que tenha como prioridade o interesse público. O jornalismo, neste sentido, pode sofrer interferências das complexidades da vida social que passam pela luta discursiva destes movimentos.

Como aspecto inerente à formação de um Estado democrático, a presença da Sociedade Civil é fundamental para as discussões que envolvem temáticas de interesse público. As entidades, organizações sociais, movimentos podem oferecer, a partir de seus representantes, os interesses focados em grupos, ações ou representatividades que são importantes na construção democrática. A partir dessas premissas, o jornalismo se torna um dos espaços que necessita de uma comunicação pública aberta a opiniões divergentes e carregadas das mais diferentes representações.

A esfera pública, então, se torna ampla e com a comunicação não vista somente pela decadência dos debates mercadológicos, mas com diversas condições para fazer valer os aspectos discursivos. É nesta perspectiva que se enquadra a necessidade de termos as mais diversas vozes compondo os debates para a formação da opinião essencialmente pública. Para Habermas (2003a), essa apropriação dos

grupos do mundo da vida reflete a manutenção, mesmo que por interesses privados, no sentido de lutas específicas de cada associação, de uma esfera pública ativa. Há, nesse processo, a busca por uma comunicação política que interprete o seu conteúdo e a utilize como defesa de um conteúdo que seja levado para a normatização e efetivação política a partir da vontade expressada socialmente.

Por outro lado, o ator reconhece o amplo interesse de todos os grupos, daqueles que mantêm uma estrutura dominante e, por sua vez, que controlam os meios de comunicação privados e também da sociedade civil organizada. Para isso, Habermas (2003a) destaca que estes atores, por meio de uma disputa de opinião e da luta por influência, estão inseridos em um processo de manutenção das estruturas de uma esfera pública essencialmente ativa. A discussão está em torno do fato de assegurarem suas identidades e, com o acesso às amplas plataformas comunicativas, possuírem as mesmas condições de fala em uma sociedade essencialmente democrática.

A luta discursiva que compreende o objetivo desses grupos está inscrita na ofensiva de lançar temas relevantes para toda sociedade. A solução de problemas, o levantamento de novas informações e o reflexo da interpretação diferenciada dos valores pelo mundo da vida são exemplos de participações da sociedade civil na esfera pública (HABERMAS, 2003a). Nesse aspecto, compete também ao jornalismo, enquanto parte de uma sociedade democrática e instrumento de acesso a informações públicas, a pluralidade de fontes como uma das condições para uma produção com vistas ao interesse público, com a abordagem de diferentes argumentos sobre um valor social (BECKER, 2009).

O conceito de política deliberativa que compreende as decisões do Estado e seus impactos em toda a sociedade também está an-

corado nestes dois pontos: a sociedade civil organizada e a formação da opinião; e da vontade institucionalizada no complexo parlamentar, enquanto decisões tomadas por representantes eleitos por meio do voto, ou então na prática de decisão dos tribunais (HABERMAS, 2003a). Porém, o autor ainda destaca a autolimitação social nesses aspectos, principalmente pela ação estratégica que movimenta a opinião pública em detrimento das organizações oriundas do mundo da vida, e conseqüentemente da maioria da população.

Com uma crítica sobre o liberalismo político de Jhon Rawls, Habermas (1996) defende suas premissas ao uso público da razão com vistas a um consenso com impactos efetivos nas ações sociais mediadas pela democracia. De acordo com ele, é preciso considerar que as pessoas não são fictícias em uma sociedade e que a neutralidade de visão de mundo não sustenta as bases de uma discussão social que siga princípios de justiça. Somente a “honestidade” dos homens pode garantir um consenso abrangente entre diferentes grupos que são expostos a estratégias de formação da opinião.

Uma dessas críticas, relativas ao pluralismo e à inserção da sociedade civil nos processos democráticos, como a formação da opinião e as decisões do Estado, está nas questões de justiça e os fundamentos que compõem uma racionalidade discursiva. Ou seja, nem sempre o que é bom para determinada coletividade é bom para todos. Da mesma forma, o anseio em fazer valer o discurso de um grupo social, seja ele dominante ou parte das camadas da sociedade civil, terá o objetivo de referenciar um potencial de verdade ou um consenso por sobreposição, especificando seus argumentos de caso em caso.

Nessa concepção se expressam o tratamento das democracias que são operadas pela vontade coletiva formada pela opinião pública

e a sociedade civil. Assim, o jornalismo que busque o interesse público precisa considerar ao tratar de informações que tenham impactos coletivos. O imperativo ético fundante já citado por Guerra (2008) e a necessidade da pluralidade de fontes são partes da interpretação dos códigos deontológicos da profissão, do cuidado com os enunciados demasiadamente abrangentes. O processo de investigação e aprofundamento do material levado ao ar se une ao argumento de que “imagens de mundo medem-se antes pela autenticidade dos estilos de vida que as marcam do que pela verdade dos enunciados que elas contêm” (HABERMAS, 1996, p. 81).

Para Rouanet (2005), tanto a Teoria da Justiça de Rawls, como a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas compreendem buscas de compreensão sobre o pluralismo. Elas se complementarizam. Porém, enquanto o primeiro apoia-se no funcionamento das instituições, como a justiça e seus processos de validação de verdade enquanto equidade, o segundo prefere as ações comunicativas do cotidiano, sejam elas mediadas ou não. Em nosso caso, o pluralismo de Habermas como condição para a busca do consenso e da instituição da opinião pública nas democracias deve ser uma condição para compreender também a importância do jornalismo em um processo com um alto fluxo de informações diárias por meio do rádiojornal, por exemplo.

As duas concepções, tanto a teoria do discurso, em Habermas como o liberalismo político, em Rawls, auxiliam a perceber como o pluralismo é uma das bases da democracia deliberativa e as ações públicas, relativas a todos, devem ser realizadas com vistas a cumprir a vontade coletiva. O consenso ou acordo entre os cidadãos é uma peça chave na legitimidade política da democracia que demanda de reconhecimento também pelo coletivo (ARAÚJO, 2005). Nesse

processo estão inseridas a sociedade civil organizada e a formação da opinião pública. Se o jornalismo pretende cumprir um papel de contribuir para a esfera pública durante eventos importantes para o social, como as eleições, torna-se necessária também a escuta das mais diferentes vozes e seus critérios de validação ou sugestões para o momento.

A demonstração da atualidade desse pensamento está presente também no argumento de Christofolletti (2010). Na pesquisa para a Unesco, os executivos de comunicação, ao responderem sobre a pluralidade e a necessidade de ouvir as mais diversas frentes sociais, afirmaram que estratégias como essa tornariam o jornalismo “generalista e messiânico”. Caso que contraria pontos básicos de uma comunicação que busque atingir a esfera pública essencialmente ativa, a partir de uma rede de opiniões enfeixadas em temas específicos, com argumentos e o necessário aprofundamento pelo valor notícia de referência universal.

Habermas (2003b) afirma que a opinião pública pode assumir a função de controlar ou garantir possibilidades de mudança no exercício do poder político. As ações do espaço parlamentar de uma democracia, em muitos casos, cedem à opinião de um grupo social às decisões para aprovar ou rejeitar uma determinada legislação. Com esse “julgar” de um todo, o autor chega ao conceito de opinião pública, fazendo uma relação direta com as posições sobre a publicidade crítica e manipulativa na esfera pública. Ela seria o “destinatário comum” dos meios de comunicação de massa, em que o principal objetivo seria a influência para a formação de um pensamento social sobre determinados temas.

Assim como Habermas (2003b), Ogando (2015) reconhece o papel dos meios massivos na construção de uma consciência cole-

tiva sobre as temáticas abordadas. Ele define as emissoras ou canais de comunicação como empresas midiáticas, pelo caráter industrial e privado de interesses que exercem na sociedade. Estas indústrias da cultura estão inseridas no espaço público, e por sua vez, compartilham e defendem posturas ideológicas sobre as questões sociais, interferindo também nas atitudes da sociedade civil. A conexão entre os diferentes pontos de vista, formando consensos e dissensos, é desenvolvida nos espaços públicos, sejam eleitorais ou não, enquanto lugares também comunicativos no espaço urbano.

Hermida (2015) define a opinião pública com base no clássico conceito de Montaigne, ou seja, a forma com que a população pode pensar sobre algo e a partir disso mudar costumes e ideias morais. Para Hermida (2015), a *doxa*, o crer, é também o saber da maioria e aparece em contraposição ao conhecimento, algo reservado a poucos (MONZÓN *apud* HERMIDA, 2015). Outras definições ainda colocam o conceito como consequências estruturais introduzidas pelo desenvolvimento da tecnologia dos meios de comunicação ou até mesmo como a contenção e racionalização do poder para o qual ela contribui.

A discussão que Hermida (2015) proporciona em torno do conceito diz respeito principalmente ao caráter público que ela carrega. A ideia de inserção da sociedade civil organizada, de uma comunidade cívica e uma esfera pública politicamente ativa, que discuta os diversos temas de um momento eleitoral tem como base os debates que perpassam a vida social, a difusão de conceitos e temáticas e a própria formação da opinião pública.

Para Habermas (2003a), não se trata de uma tomada de posição direta daquilo que ele chama de estruturas comunicacionais nos processos públicos de comunicação, mas sim com critérios que ga-

rantam o surgimento de uma opinião pública qualificada. Ou seja, os temas controversos, as políticas públicas e o enquadramento aprofundado pelo jornalismo devem fazer parte do dia a dia dessa comunicação, mesmo considerando que as estruturas “encampadas” pelo poder podem preferir o exercício das influências, em detrimento dos debates que interessam à sociedade.

Conclusão

As discussões habermasianas na ação comunicativa deslocam o sujeito de uma atividade passiva de manipulação para um sujeito cognitivo que tem plena capacidades para pensar ou emitir opiniões. Mesmo com essa consideração, os sujeitos fazem parte de uma sociedade que, por sua vez, possui grupos de interesse que aparecem no dia a dia do jornalismo, agindo na esfera pública em defesa de suas visões de mundo. Com isso, as temáticas e as fontes presentes no jornalismo refletem o quanto esses grupos puderam fazer valer a sua voz na mídia.

Ou seja, sem a pretensão de limitar as discussões a este trabalho, a esfera pública reúne os meios de comunicação como um todo, inclusive as formas mediadas ou não, e até mesmo as ambiências virtuais como as redes sociais. O debate, não deslocado e focado em um único objeto, neste caso, é suscitar as investigações a considerar o extenso pensamento de Habermas (1996a; 1996b; 2003a; 2003b; 2004; 2012) como um contributo para pensar a comunicação. Nesse sentido, o texto complexifica as visões do jornalismo e a esfera pública e foge de paradigmas tecnicistas ou euforias em torno de tecnologias que aconteceram tanto nos anos 1910, 1920 e 1930 do século XX e atualmente com a cibercultura e a convergência.

A necessidade de dar visibilidade a diferentes visões de mundo se dá pela luta presente na comunicação como um todo, nos atos de fala, quando os grupos expressam seus pensamentos por determinadas vias ou meios, como o rádio, o jornalismo ou as próprias redes sociais, e nas disputas dos debates acadêmicos, com amigos ou eleitorais. Habermas (2003b) vai às origens da esfera pública burguesa para criticar a formação da Opinião Pública na sociedade capitalista. Antes de tudo, a “opinião pública”, segundo o autor, está presa à formação intelectual, ao pensamento coletivo e expressão de símbolos de uma sociedade. Num outro momento dá pistas para uma formação da opinião pluralista e diversa, que considere a multiplicidade de atores, indivíduos e organizações da sociedade civil. Caminhos para pensar a sociedade e, é claro, o jornalismo.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da Notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Razão Pública, democracia deliberativa e pluralismo. In: PINZANI, Alessandro; DUTRA, Delamar. (Org.). *Habermas em discussão*. Florianópolis: NEFIPO, 2005.

BECKER, Beatriz. *Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção*. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, ANO VI, n.2, pp. 95-11, 2009.

BENKLER, Yochai. Political freedom part 2: emergence of the networked public sphere. In: BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven [Conn.]: Yale University Press, 2006. p. 212-272.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Indicadores da qualidade no jornalismo: Políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros*. In: Debates CI Unesco, nº 5, 2010.

FRANCISCATO, Carlos E. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristovão/Aracaju: Ed. UFS/ Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FUCHS, Christian. Mídias Sociais e a Esfera Pública. In: *Revista Contracampo*, v. 34, n. 3, ed. dez/2015-mar/2016. Niterói: Contracampo, 2015.

GUERRA, Josenildo Luiz. *O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística*. São Cristóvão: UFS, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: Estudos de teoria política*. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Edições Loyola, 1996a.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v.1.

HABERMAS, Jürgen. *Racionalidade e comunicação*. Trad.: Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 1996b.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

LOPEZ, Débora C.; QUADROS, Mirian R. Esfera Pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas. *Revista Alceu*, v. 15, n. 30, p. 92-103, jan-jun, 2015.

MARTINS, Claudia Aparecida. "Esfera pública em Habermas". In: MÜLLER, Maria C. & CENCI, Elvi M (org.). *Ética, Política e Linguagem: confluências*. Londrina: Edições CEFIL, 2004, p. 226-241.

OGANDO, Luis Antonio. Espacio público, médios y relaciones comunicativas entre ciudadanos y poderes públicos. In: RENÓ, Denis; HERMIDA, Marcelo Martinez; CAMPALANS, Carolina. *Medios y opinión pública*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2015.

HERMIDA, Marcelo Martínez. ¿Comunidad, opinión pública y médios?: una propuesta inicial de estudio de sus relaciones y fracturas a propósito de los medios comunitarios. In: RENÓ, Denis; HERMIDA, Marcelo Martinez; CAMPALANS, Carolina. *Medios y opinión pública*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2015.

OLIVEIRA, Luiz A.; FERNANDES, Adélia B. Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. In: PANKE, L. et al (org). *A mobilização social no contexto político eleitoral*. Curitiba: UFPR, 2011. Pp: 17-32.

ROUANET, Luiz Paulo. A complementaridade entre Rawls e Habermas na etapa da deliberação. In: PINZANI, Alessandro; DUTRA, Delamar. (Org.). *Habermas em discussão*. Florianópolis: NEFIPO, 2005.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

Data de submissão: 10/10/2016

Data de aceite: 25/01/2017